

ao Presidente que seja frio, que seja absolutamente insensível às manifestações feitas a ele, a meio metro e a um metro, em provocações contínuas.

Isso empanou de algum modo, Sr. Presidente, os últimos dias de vida deste Congresso. Mas a mim me dói mais que tendo empanado no meu senso crítico, na minha consciência, a incapacidade de julgar daqueles que não fazem ambivalência no seu julgamento mas, ao contrário, ficam unilaterais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, março de 1980 nos espera, Até lá, talvez, aqui nesta Casa tenhamos remanejamento de Bancadas. A cada um dos Senadores com que privei, e na ausência do ilustre Líder Paulo Brossard, dirijo estas palavras ao seu legítimo representante, o Senador Marcos Freire. Tive sempre o orgulho de saber que, nesta Casa, se discutia como gente responsável e se o adjetivo hoje fere alguns ouvidos, prefiro dizer como gente civilizada o que haveremos de conseguir, no meio deste quadro que é sombrio, desta inflação alta, desta balança de pagamentos comprometida violentamente pelo desequilíbrio dos preços de importação de óleo, deste crescimento que se não foi feito com uma taxa mínima de 5 a 6%, não será capaz de garantir o primeiro emprego que devemos dar a um milhão e meio de pessoas por ano e afim, teremos a verdadeira fome, não aquela de que vivem alguns políticos, mas aquela que sentem os pobres.

Sr. Presidente, nada disso é possível fazer se nós políticos com a alta responsabilidade que temos, na vida brasileira de hoje, não nos convencermos de que as separações podem ser até ideológicas, que as separações podem ser circunstanciais, mas que acima delas existe um patrimônio neste País a tentar ser construído, porque ele não é tradicional.

Pobre desta América Latina, desta América Latina de instantes de democracia, que não teve jamais democracia consolidada e firme. E é para isso que devemos nos voltar, nós políticos, para estabelecer com fundamentos sólidos e definitivos aquilo que haverá de ser a formulação fundamental de uma democracia estável, de uma sociedade justa e livre no Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é efusivamente cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Srs. Senadores:

Ao se encerrar o atual período legislativo, é oportuno avaliarmos o que fizemos para servir ao País. Máxime quando estivemos protegidos por ampla liberdade, cada qual debatendo e votando as grandes questões submetidas ao Parlamento, exclusivamente de acordo com as suas idéias e aspirações. Razão me assistia ao afirmar, na abertura desta legislatura que, pela primeira vez, na presente década, trabalharíamos sem que sobre nós pesassem leis de exceção. Circunstância que permitiu a todos e a cada qual de nós externar votos e opiniões, sem a sombra de recio ou ameaça.

Fortaleceu-se, assim, o Parlamento ante a opinião nacional, que acompanhou, por vezes até apaixonadamente, mas sempre confiante, os nossos trabalhos. Não exagero, antes apenas reflito fundos e disseminados sentimentos nacionais, assinalando que, não poucas vezes, oferecemos ao País, belos e raros espetáculos, que, pelo patriotismo e elevação, ficarão perpetuados na história da eloquência da tribuna parlamentar, conquistando a confiança e admiração dos que sabem não existir nenhuma Nação livre senão à sombra de um parlamento atuante e vigilante, trincheira inexpugnável da vontade popular.

O ano, estou bem certo, se encerra com o legislativo cercado pelo apreço da nacionalidade. Em verdade, foi fecundo o esforço desenvolvido.

Bastará breve golpe de vista sobre as nossas realizações, para se ter a segurança de que representamos o nosso papel, fazendo-nos, antes de tudo, o grande delta das várias correntes do pensamento nacional.

Nenhum problema que haja suscitado o interesse da opinião brasileira, deixou de ser apreciado pelo Poder Legislativo, sob todos os ângulos, sem prejuízo do equilíbrio e do patriotismo que presidem nossas decisões. Poderia mesmo dizer que, nas graves circunstâncias criadas, por problemas e decisões de ordem internacional, e que tão duramente afetam a vida brasileira, independente da ação governamental, demos exemplo de compreensão e colaboração. Jamais faltamos ao Executivo, na aprovação de medidas capazes de permitir à Nação superar as dificuldades com que se defronta, e que dia a dia tornam mais evidente a necessidade de nos sobrepormos às dissensões internas, para melhor suportarmos e vencermos as consequências de uma desordenada e insuportável elevação dos preços do petróleo. O momento, a exemplo do ocorrido em várias oportunidades da história nacional, não é de divisão, mas de união, como tão reiteradamente o tem sugerido o Sr. Presidente da República, pois somente unidos seremos suficientemente fortes para vencer a procela tão à vista, e da qual, certamente, ninguém poderia imaginar ou desejar ser o beneficiário. Não devemos abrir as velas às divergências ou ressentimentos, mas buscar recolhê-las na esperança de uma trégua, da qual

possa emergir a paz necessária ao desenvolvimento e à consolidação da democracia.

As vésperas de se extinguir o bipartidarismo, que tantos tiveram como artificial e incapaz de abrigar as múltiplas correntes do pensamento nacional, deve o Congresso estar imbuído da convicção de que uma nova fase se inicia. Fase possivelmente mais fecunda e que dará ao Parlamento a inalienável condição de, em meio à pluralidade, refletir à média das opiniões do povo brasileiro. As dificuldades, e todos nós sabemos quanto são grandes e mesmo dolorosas, praticamente para todos os brasileiros, devemos tê-las como estímulo para a busca de soluções austeras, adequadas a uma progressiva melhoria das condições de vida do povo. Pouco adiantaria jogarmos pedras sobre o passado e os erros porventura praticados. O que nos cumpre é encontrar os caminhos do futuro, certos de que o momento é menos de construir e dispendir do que de apaziguar pelos exemplos de sacrifícios. Com esse objetivo, devemos falar franca e lealmente aos brasileiros, que jamais deixaram de ser sensível e compreensíveis aos obstáculos, que fatos alheios à nossa vontade colocaram no caminho do nosso desenvolvimento e do bem-estar do nosso povo. Nessas horas é que mais se tem revelado a coragem, a confiança, e a capacidade da Nação, cuja potencialidade é seguro penhor de que uma hora de provação não nos pode entibiar o ânimo, tão certos devemos estar de que, de mãos dadas, todos unidos na perseguição de um futuro promissor, encontraremos os meios propícios para assegurar aos brasileiros, sem distinção de qualquer ordem, aquele mínimo indispensável à vida e à dignidade humana. A hora não é de grandes realizações, mas é, certamente, a dos austeros sacrifícios que asseguram a continuidade das aspirações vindas do passado, e que nos cabe conduzir firmemente para o amanhã.

As dificuldades não fizeram, porém, menor a afetiva contribuição que trouxemos, no período legislativo de 1979, para o normal desenvolvimento da vida nacional através do Legislativo. Bastaria lembrar, agora, a aprovação do Projeto de Anistia, em boa hora e tão generosamente submetido ao voto do Parlamento, que o aperfeiçou sensivelmente, fazendo marcante o trabalho parlamentar, que soube, em meio a paixões compreensíveis, conservar o equilíbrio que deve ser o apanágio de todos nós. Mas, transposta a difícil e rumorosa fase da concessão da anistia, logo se seguiu, talvez como impreterível consequência, a legislação destinada a ampliar e fortalecer a vida partidária, abrindo oportunidades para o legítimo e autônomo surgimento de partidos reclamados pelos que se encontravam constrangidos em organizações que já não atendiam aos seus ideais políticos. Como seria de esperar, a iniciativa provocou reações compreensíveis, inclusive da parte de alguns que antes haviam clamado contra limitações impostas por uma legislação partidária ditada por circunstâncias transitórias. Hoje, antes mesmo de sancionada a lei votada pelo Parlamento, já lhe sentimos os efeitos liberalizantes, cada qual buscando filiar-se à corrente que tem como mais consentânea para uma livre atuação política. Estou certo de que o futuro fará o Legislativo ainda mais representativo da vontade e das aspirações dos brasileiros.

Senhores Senadores:

Podemos estar conscientes de havermos cumprido os deveres impostos pelos honrosos mandatos que nos outorgou o eleitorado brasileiro, e a todos agradeço a colaboração que tornou possível a condução normal de nossas atividades. Por ser o testemunho de quantos aqui convivem e trabalham, talvez pudesse julgar-me dispensado de acentuar quanto foi importante a ação dos eminentes líderes, Senadores Jarbas Passarinho e Paulo Brossard, representantes, respectivamente, da Maioria e Minoridade, e a cujo valioso apoio e experiente diálogo sou extremamente reconhecido. A ambos, estou certo, a História reservará uma palavra que será o juízo da posteridade.

Ao encerrar estas breves considerações, não poderia, tanto em meu nome como no da Mesa, deixar de exaltar a importância que representou para esta Casa a eficiente cooperação do seu dedicado funcionalismo, bem como a colaboração dos representantes da imprensa, não apenas na apreciação e crítica de nossos trabalhos, mas, sobretudo, quanto às dificuldades enfrentadas, natural consequência da diversidade de opiniões, fonte inseparável do nosso propósito de aprimoramento da legislação. Muitos são os projetos que aqui chegam. Deles, cumpre-nos elaborar a síntese que atenda aos interesses nacionais.

A par dos agradecimentos da Mesa Diretora, desejo exprimir a todos os votos de um Natal Feliz e um venturoso Novo Ano, na esperança de que, assim Deus o permita, retornaremos animados pelos mesmos propósitos de servir o Brasil e promover o bem-estar dos brasileiros. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é efusivamente cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 20 minutos.)